

PLANO DE AÇÃO - META 9 TJSC 2021	
Ação	Ações concentradas para a execução da Meta 9 CNJ
Tipo	Preventiva
ODS e Assunto	ODS 17 e Dívida Ativa
Responsáveis	1) Soraya Nunes Lins, Desembargadora Corregedora-Geral da Justiça, 2) Sílvio José Franco, Juiz Corregedor do Núcleo de Estudos, Planejamentos e Projetos da Corregedoria-Geral da Justiça, 3) Emanuel Schenkel do Amaral e Silva, Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Blumenau e Vara Regional de Execuções Fiscais, 4) Gabriela Sailon de Souza Benedet, Juíza da Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, 5) Bruno Makowiecky Salles, Juiz-Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça; 6) Carolina Ranzolin Nerbass, Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, 7) Cláudio Régis Claudio Régis Figueiredo, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça; 8) Alexandra Lorenzi da Silva, Juíza da Unidade Regional de Execuções Fiscais; 9) Marco Augusto Ghisi Machado, Juiz da Unidade Regional de Execuções Fiscais; 10) Taynara Goessel, Juíza da Unidade Regional de Execuções Fiscais; 11) Rafel Maas dos Anjos, Juiz-Corregedor do Núcleo do Foro Extrajudicial; 12) Rodrigo Tavares Martins, Juiz-Corregedor do Núcleo V; 13) Ruy Fernando Falk, Juiz-Corregedor do Núcleo III; 14) Douglas Sausedo Nunes, Assessor Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça; 15) Débora Zitta, Assessora Técnica Correicional da Corregedoria-Geral da Justiça
Objetivo	Prevenir e desjudicializar novas execuções fiscais.
Justificativa	Atualmente as execuções fiscais representam 1/3 do acervo do Poder Judiciário de Santa Catarina, em torno de 1.100.000 processos. Destes, pouco mais de 700 mil foram ajuizados para a cobrança de dívida ativa inferior a 2 salários mínimos, o que nos remete a importante reflexão sobre o valor ajuizado pelo ente público municipal e o custo do processo para o Judiciário. Não podemos esquecer, ainda, o fator tempo de tramitação, que impacta negativamente na taxa de congestionamento, e a probabilidade de recuperação do crédito tributário em juízo. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, em seu último relatório do Justiça em Números, os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 39% do total de casos pendentes e 73% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 90%. Essa congestão ainda é alta no âmbito do TJSC, alcançando 82% no indicador dos executivos fiscais. Esse cenário demanda a continuidade do plano de trabalho iniciado no segundo semestre de 2020, com enfoque na desjudicialização de novas demandas.
Unidades envolvidas/atingidas	Todos os municípios
Prazo	120 dias.
Custo	zero.

Tarefa		Responsável	Prazo	Situação
1	Estabelecer contato institucional, por meio de videoconferência, com as 111 comarcas e os 295 municípios propondo a racionalização da cobrança fiscal, pautada nas ações idealizadas durante a Meta 9 2020. Apresentar as ações efetivadas para atender à Meta 9, com o apoio do Tribunal de Contas, bem como destacar a importância da cooperação interinstitucional nessa etapa.	Grupos definidos (12 juízes e TCE/SC)	Início em 01/03/2021 Término em 14/06/2021	Concluída
2	Estruturar o Fórum Permanente de Eficiência da Gestão Tributária, composto pela participação do Senador Antonio Anastasia e 3 oficinas temáticas voltadas à cobrança administrativa do crédito fiscal.	Corregedoria-Geral da Justiça	Início em 01/05/2021 Término em 08/06/2021	Concluída
3	Abertura de inscrições	Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina	18/05/2021	Concluída
4	2º Encontro do Fórum Permanente de Eficiência da Gestão Tributária	Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria-Geral da Justiça	08/06/2021	Concluída